
Dossiê: História Digital: tecnologia e fazer historiográfico entre
teoria e prática

<http://doi.org/10.34019/2594-8296.2024.v30.43946>

“Anos Tenebrosos”: a luta armada na obra da Brasil Paralelo*

“Dark Years”: the armed struggle in the works of Brasil Paralelo

“Años Oscuros”: la lucha armada en la obra de Brasil Paralelo

Murilo Prado Cleto**

<https://orcid.org/0000-0003-0771-9475>

RESUMO: Fundada em 2016, no auge da crise político-institucional brasileira, a Brasil Paralelo consiste numa das mais expressivas iniciativas de revisionismo histórico das novas direitas brasileiras. Seu revisionismo ideológico já se debruçou sobre as mais diferentes temáticas da História do Brasil, como a colonização, a escravidão negra e, claro, o regime militar. A ditadura é tema especialmente sensível para a empresa, considerando sua postura de oposição aos públicos dominantes no debate público e sua compreensão acerca do que define como “marxismo cultural”. Com a promessa de desmentir professores, pesquisadores e jornalistas, o documentário “1964 - O Brasil entre armas e livros” é a produção mais completa da Brasil Paralelo sobre o tema. Nela, são discutidos Guerra Fria, interferências estrangeiras, o golpe militar, censura, repressão e a luta armada. Neste artigo, serão debatidos os conceitos de História Digital, negacionismo e revisionismos, seguidos por um panorama da atuação da Brasil Paralelo no debate público e uma análise do seu revisionismo ideológico diante da resistência armada à ditadura.

Palavras-chave: Brasil Paralelo. História Digital. Luta armada. Regime Militar. Revisionismo ideológico.

ABSTRACT: Founded in 2016, at the height of the Brazilian political-institutional crisis, Brasil Paralelo is one of the most prominent historical revisionism initiatives of the new Brazilian right. Its ideological revisionism has covered a wide range of Brazilian history topics, such as

* Este artigo atualiza e repercute resultados da tese “Novas direitas, memória e revisionismo: como a Brasil Paralelo contou a história do regime militar”, defendida no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná e financiada pela Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

** Doutor em História pela Universidade Federal do Paraná e professor substituto de História no Instituto Federal do Paraná. É pesquisador das novas direitas e da memória do regime militar brasileiro, atualmente em estágio pós-doutoral no Programa de Pós-Graduação em História da UFPR. murilopcleto@gmail.com

colonization, black slavery, and, of course, the military regime. The dictatorship is an especially sensitive subject for the company, considering its stance of opposition to dominant publics in public debate and its understanding of what it defines as “cultural Marxism.” With the promise to debunk teachers, researchers, and journalists, the documentary “1964 - Brazil between Arms and Books” is Brasil Paralelo’s most comprehensive production on the subject. It discusses the Cold War, foreign interference, the military coup, censorship, repression, and the armed struggle. This article will discuss the concepts of Digital History, denialism, and revisionisms, followed by an overview of Brasil Paralelo’s role in public debate and an analysis of its ideological revisionism in the face of armed resistance to the dictatorship.

Keywords: Brasil Paralelo. Digital History. Armed struggle. Military Regime. Ideological revisionism.

RESUMEN: Fundada en 2016, en el auge de la crisis político-institucional brasileña, Brasil Paralelo consiste en una de las más expresivas iniciativas de revisionismo histórico de las nuevas derechas brasileñas. Su revisionismo ideológico ya se ha centrado en las más diferentes temáticas de la Historia de Brasil, como la colonización, la esclavitud negra y, por supuesto, el régimen militar. La dictadura es un tema especialmente sensible para la empresa, considerando su postura de oposición a los públicos dominantes en el debate público y su comprensión acerca de lo que define como “marxismo cultural”. Con la promesa de desmentir a profesores, investigadores y periodistas, el documental “1964 - O Brasil entre armas e livros” es la producción más completa de Brasil Paralelo sobre el tema. En él, se discuten la Guerra Fría, las interferencias extranjeras, el golpe militar, la censura, la represión y la lucha armada. En este artículo, se debatirán los conceptos de Historia Digital, negacionismo y revisionismos, seguidos por un panorama de la actuación de Brasil Paralelo en el debate público y un análisis de su revisionismo ideológico frente a la resistencia armada a la dictadura.

Palabras clave: Brasil Paralelo. Historia Digital. Lucha Armada. Régimen militar. Revisionismo ideológico.

Como citar este artigo:

Cleto, Murilo Prado. “Anos Tenebrosos’: a luta armada na obra da Brasil Paralelo”. *Locus: Revista de História*, 30, n. 1 (2024): 114-137.

Introdução: História Pública Digital, revisionismos e crise do sistema de peritos

O campo de estudos em História Digital tem suas origens provavelmente no final dos anos 1990, quando os historiadores William G. Thomas e Edward L. Ayers fundaram o Virginia Center For Digital History (VCDH). No seu alvorecer, ele esteve associado diretamente ao manuseio de arquivos disponibilizados na internet para consulta, análise e ensino. Nos anos seguintes, os debates

em torno do tema se desenvolveram a partir de um olhar predominantemente otimista, como característico das discussões sobre a rede no período. Entre as inúmeras possibilidades abertas para a História com a expansão das tecnologias digitais, podemos citar a rapidez no compartilhamento de arquivos, as inúmeras opções de acessibilidade, o fácil acesso a fontes antes fechadas em arquivos burocráticos, que demandavam eventualmente longos deslocamentos, e a praticidade na divulgação do conhecimento, que hoje pode circular por meio de livros lançados sem editora e apresentações ao vivo ou assíncronas que aproximem o historiador do público (Lucchesi e Carvalho 2016).

Mas a internet não funciona apenas como um repositório para uma História Digital que opere como uma extensão dos seus espaços tradicionais. Hoje, com a centralidade da rede, é possível pensar numa série de produtos concebidos especificamente para o formato digital, considerando os diferentes recursos multimídia disponíveis, como fotografias, mapas, áudios e vídeos, entre outros. Essa nova paisagem da informação trouxe impactos significativos para a História, em constante processo de dimensionamento diante da velocidade das mudanças.

Seja como for, para a História Pública os recursos digitais têm sido um prato cheio. Embora sua prática preceda em muito este marco, a História Pública tornou-se objeto de intensos debates na historiografia a partir da segunda década do século XXI. O curso de Introdução à História Pública na USP, em 2011, seguido de lançamento de coletânea homônima, costuma ser tido como o grande disparador. Nos anos seguintes, diversos eventos dedicaram-se a expandir essa discussão, como o Simpósio Internacional de História Pública — também na USP, no ano seguinte —, que ensejou a criação da Rede Brasileira de História Pública; o encontro História: da produção ao público, da ANPUH-SP; e o II Simpósio Internacional de História, na UFF. Neste contexto, a preocupação dos historiadores estava concentrada sobretudo na ampliação de audiência, mas o campo expandiu-se e, com ele, outras possibilidades também ganharam protagonismo (Santhiago 2016).

Não foi apenas a historiografia profissional que ganhou com esse processo, entretanto. Negacionistas e revisionistas também aproveitaram a popularização das plataformas digitais para crescer, utilizando suas ferramentas a favor. Por negação, é possível, entender, a partir de Mateus Pereira (2015, 863-864), a “contestação da realidade, fato ou acontecimento que pode levar à dissimulação, à falsificação, à fantasia, à distorção e ao embaralhamento”. “Em geral”, segundo Pereira, “percebemos uma dissimulação e uma distorção da factualidade que, ou procura negar o poder de veto das fontes, ou fabrica uma retórica com base em ‘provas’ imaginárias e/ou discutíveis/ manipuladas”. Já o negacionismo, para ele, seria a “radicalização da negação e/ou do revisionismo”, ou seja, a própria “falsificação do fato”.

Para além dos negacionismos mais caricatos, entretanto, há também posições matizadas. O historiador italiano Enzo Traverso (2012) divide os revisionismos históricos em três modalidades: fecundos, discutíveis e nefastos. Se, por um lado, os revisionismos “fecundos” apontam para a natureza da própria historiografia, qual seja, um exercício constante de atualização do “estado da arte” de um determinado objeto, aproximações e distanciamentos de diferentes concepções teóricas, entre outras operações que envolvem necessariamente algum tipo de revisão. Não raro, estes esforços também podem subsidiar decisões políticas no presente, ajudando a corrigir injustiças e a alterar os rumos da história.

Por outro lado, os revisionismos propriamente ditos ocupam outro papel. Segundo Traverso, aqueles de ordem “discutível” são caracterizados por revisões que, ideologicamente orientadas por interesses do presente, acabam moldando o passado a partir de uma leitura mais conveniente. Marcos Napolitano (2021, 99-100), em abordagem similar, os caracteriza como “revisionismos ideológicos”, porque refêns de “objetivos meramente ideológicos, da falta de método e da ética da pesquisa historiográfica”. Entre as características intrínsecas deste tipo de apropriação sobre o passado, estão a “apropriação descontextualizada de trabalhos historiográficos”, o “anacronismo” e o “uso acrítico de fontes primárias”. Tudo isso, prossegue, “com o intuito de defender uma tese dada *a priori* sobre o passado incômodo e sensível”.

Por fim, haveria ainda, segundo Traverso (2012), os revisionismos nefastos, estes dedicados a reabilitar figuras históricas escarnecidas pela condução de regimes autoritários, a exemplo de estudos que, na Itália, tentaram relativizar a brutalidade do fascismo e da figura de Mussolini. O caso brasileiro tem demonstrado a porosidade dessas fronteiras, especialmente entre as duas últimas modalidades de revisionismo nesta tipologia.

Em geral, estes atores integram “públicos antiestruturais”, que, segundo a antropóloga Leticia Cesarino,

não apenas não se ancoram na mesma lógica política da esfera pública liberal e do Estado democrático de direito, como pressionam suas instituições e pressupostos na direção de um limiar verdadeiramente transformacional: uma dupla torção que busca reverter a relação de englobamento (Cesarino 2022, 139).

Os públicos antiestruturais são resultado e também instigadores daquilo que Cesarino chama de “crise do sistema de peritos”, um processo de reorganização epistêmica impulsionado pelas novas estruturas técnicas, que abalaram profundamente os sistemas anteriores de produção da verdade. Os “Os sistemas de peritos pré-digitais”, diz Cesarino (2022, 76), “ofereciam um campo socialmente compartilhado de controle de entropia, ao fixar normativamente binarismos organizadores do real como público-privado e fato-ficção”. Essas categorias antigas, segundo a pesquisadora, se desestabilizam, oscilam e, por fim, se recombinaem de acordo com as novas

matrizes ainda emergentes. Desta forma, o colapso de contextos entre fato e ficção é resolvido, conforme Cesarino (2022, 76-77), através “de uma bifurcação no nível da própria estrutura: entre uma camada antiestrutural (as mídias alternativas) na qual tudo é real e autêntico, e outra (público dominante) no qual tudo é falso e fruto da agência conspiratória de inimigos ocultos”.

No Brasil, um destes agentes mais importantes é a Brasil Paralelo, produtora audiovisual fundada em 2016, no auge da crise político-institucional que marcou a última década. Hoje ela acumula mais de 3,8 milhões de inscritos em seu canal do *YouTube*, que já tem mais de 400 milhões de visualizações. De aspiração abertamente olavista, ela procura ocupar o espaço supostamente dominado pela esquerda através do que chama de “marxismo cultural”, uma estratégia atribuída ao filósofo Antonio Gramsci de infiltração dos comunistas, uma vez derrotados nas armas, na cultura (Rocha 2021).

Nas entrevistas, que constituem o principal corpus documental da maioria de suas produções, a Brasil Paralelo, a despeito de suas alegações de neutralidade, costuma mobilizar depoimentos de interlocutores ligados a organizações da direita como Fórum da Liberdade, Instituto Liberal, Instituto Borborema, Instituto Von Mises, Instituto Millenium, Instituto de Estudos Empresariais, Estudantes Pela Liberdade, Movimento Brasil Livre, Escola Sem Partido e Gazeta do Povo (Santos 2021).

Além de temáticas mais recentes, como o impeachment de Dilma, a pandemia e as eleições de Portugal, a produtora também se dedica a oferecer interpretações sobre passados mais remotos da História Geral e da História do Brasil, integrando-os numa conduta atualista da História. O sentido de atualismo aqui empregado, baseado em Mateus Pereira e Valdeci Araujo (2019), dialoga com a noção de que os passados abordados pela produtora estão integralmente submetidos às suas aspirações políticas no presente. E os exemplos são abundantes. Para explicar a rápida conquista da península ibérica pelos árabes na série *Brasil - A Última Cruzada*, o entrevistado Rafael Brodbeck argumenta que os visigodos não admitiram armar a população romana local. Ele é policial civil e autor de diversos manifestos armamentistas (Alfano e Eller, 2019).

Na mesma série, também é retomada a linha de argumentação sobre a escravidão negra que se popularizou a partir de 2009 com o polemista Leandro Narloch em *O Guia Politicamente Incorreto da História do Brasil*. Segundo ela, a escravidão no Brasil não teria fundamentação racial e os portugueses se limitavam a comprar escravos dos próprios negros no continente africano. Mas a produção vai além e, para explicar a postura de D. Pedro II diante da questão abolicionista, trata o imperador como um lutador impotente contra o sistema escravista. Trata-se de expediente argumentativo muito semelhante destas novas direitas acerca de seus líderes populistas no presente, a exemplo de Donald Trump, Javier Milei e, claro, Jair Bolsonaro (Cleto 2022).

Uma das ferramentas utilizadas pela produtora para mobilizar seu público diante destes passados mais remotos é tratar este conteúdo como uma espécie de revelação proibida, porque profundamente indesejada pelos públicos dominantes. Por isso, são comuns as denúncias de boicote e censura sofridos ou supostamente sofridos pela produtora. Em geral, movimentações de contrários à exibição dos seus filmes nas universidades, por exemplo, são utilizados como troféus que confirmariam a pertinência do seu conteúdo (Moraes e Cleto 2023). Na abertura da série *O Teatro das Tesouras*, o apresentador Filipe Valerim diz que “essa pode ser a última vez que você fala de política na internet” (Brasil Paralelo 2018).

O regime militar, embora tangencialmente abordado em outras produções, entrou de vez no radar da empresa em 2019, momento em que a memória de 1964 foi significativamente reavivada pelo novo contexto. Jair Bolsonaro, eleito presidente no ano anterior, foi o primeiro militar a ocupar o cargo desde a redemocratização. Sua atuação como parlamentar, ao longo de quase três décadas no Congresso, foi basicamente pautada pelo rechaço aos princípios basilares da Nova República e por uma defesa entusiasmada dos valores de 1964, com destaque para a homenagem a Carlos Alberto Brilhante Ustra, notório torturador do Doi-Codi, durante o voto pelo impeachment de Dilma em 2016 (Bauer, 2020). Além disso, seu vice, o também militar general Hamilton Mourão, chegou a admitir em campanha a possibilidade de um autogolpe (G1 2018), que, embora cogitado no fim do mandato, não se concretizou por razões ainda a serem plenamente esclarecidas (Serapião, Feitoza e Chaib 2024).

1964 - O Brasil entre armas e livros, documentário específico da Brasil Paralelo sobre a ditadura, foi lançado justamente neste contexto. Em 2 de abril de 2019, exatos 55 anos após a ratificação do golpe pelo Congresso Nacional, estreou o vídeo no *YouTube*, que já conta com mais de 11 milhões de visualizações. Os dias que antecederam o lançamento foram marcados por muitas polêmicas, com protestos contra as sessões de pré-estreia agendadas nas salas da rede Cinemark. Semanas antes, o entusiasmo de bolsonaristas com o trailer do filme induziu ao diagnóstico de que *Entre armas e livros* viria para defender o regime militar (O Globo 2019a). A Brasil Paralelo reagiu energeticamente, negando as acusações e buscando direito de resposta na Justiça (O Globo 2019b).

Naturalmente, a História Digital, sobretudo a do tempo presente, impõe uma série de desafios para os profissionais da área. Primeiro, sem dúvidas, os de ordem metodológica. Diferente do que costuma ocorrer no caso de passados mais remotos, o problema dos historiadores do digital não está na falta, mas no excesso de fontes — o que demanda um trabalho acurado de depuramento, seleção e catalogação. Outro elemento digno de nota é a efemeridade destes artefatos, que, sem o arquivamento necessário, podem simplesmente desaparecer da nuvem por vontade dos seus produtores ou quaisquer outras razões (Almeida 2022). A Brasil Paralelo tirou do

ar quase uma centena de vídeos logo após as eleições de 2022, junto a diversos outros canais alinhados à direita (Couto 2022). Seja por estratégia mercadológica ou por problemas com a Justiça, ou com as políticas de desinformação das plataformas, essa é uma prática corriqueira da produtora. *Entre armas e livros*, entretanto, continua disponível em seu canal no *YouTube*.

Outro desafio digno de nota é o ético. Diante da forte identificação da Brasil Paralelo com representantes de uma direita saudosista da ditadura militar, a exemplo do próprio Bolsonaro, pode ser tentadora a ideia de distribuir rótulos indiscriminadamente e atribuir à produtora posições que não são exatamente as suas. Essa prática não é rara entre os públicos dominantes, que muitas vezes resistem a ouvir o que essas novas direitas estão dizendo (Ortellado 2021). Evidentemente, não se trata de reproduzir acriticamente o que esses atores têm a proclamar, mas a atenção com o rigor do olhar sobre sua atuação na esfera pública nunca é demais.

Afinal, o documentário defende a ditadura? Um exame pormenorizado de sua abordagem sobre o contexto de recrudescimento do Estado de exceção e sua relação com a luta armada ajuda a esclarecer a posição da produtora.

A luta armada em 1964 - *O Brasil entre armas e livros*

Na análise crítica da memória social sobre o período mais sombrio do regime, *1964 - O Brasil entre armas e livros* não menciona a expressão “anos de chumbo”. Em vez dela, o termo “anos tenebrosos” é utilizado durante a extensa introdução ao tema pela narração em *off* de Filipe Valerim:

Mesmo antes de 1964, guerrilhas rurais e movimentos armados já existiam e estavam determinados em fazer a revolução. Após o 31 de Março, esses grupos passam a adotar métodos hediondos e submetem o Brasil a *anos tenebrosos*. O terrorismo revolucionário se torna cotidiano. O crime, o medo e o sangue marcam presença na vida dos brasileiros. Assaltos a bancos e a estabelecimentos comerciais. Explosão de bombas em lugares públicos. Fuzilamento e tortura de inocentes. Os revolucionários assassinavam até os próprios colegas que queriam desistir da luta armada. Os comunistas brasileiros seguiam o exemplo de seus companheiros ideológicos, que em outros países já somavam mais de 50 milhões de assassinatos, em nome da revolução. No mês de fevereiro, antes da subida dos militares ao poder, o PCdoB enviou brasileiros para a China com o objetivo de aprender as técnicas de guerrilha de Mao Tsé-Tung. Foram estes cidadãos que voltaram quatro anos depois e formaram a Guerrilha do Araguaia. Preso nessa guerrilha, foi José Genoíno. Mesmo exilado, Leonel Brizola fomentava de fora a revolução no Brasil. Segundo seu filho, Fidel Castro entregou um milhão de dólares para seu pai, para comprar armamento e munição e entregá-los aos revolucionários no Brasil. Bandidos e terroristas, hoje reverenciados como heróis nacionais, sequestraram, torturaram e assassinaram inocentes em nome de seus ideais. Essa, uma verdade pouco noticiada nos anos seguintes pela imprensa e a academia brasileira, que tratou tudo como uma luta contra a ditadura e pela democracia (Brasil Paralelo 2019, 1:21:12).

Neste esforço retórico, os “anos de chumbo” do terrorismo de Estado são eclipsados pelos “anos tenebrosos” da luta armada, inclusive com a adoção do vocabulário da ditadura. A designação de “guerrilheiro”, historicamente associada ao termo “terrorista” pelo establishment militar, é ressaltada, embora certos grupos de esquerda tenham tentado reivindicá-la (Gaspari 2014). Como evidenciado na conclusão do texto, uma das principais preocupações da Brasil

Paralelo é a glorificação dos comunistas armados na memória social e histórica do regime, retratados como heróis da luta pela democracia. Esta percepção é ilustrada por uma declaração pública de Dilma Rousseff, então presidente da República, que afirmou: “Eu, particularmente, participei e tenho a honra de ter participado do processo de resistência à ditadura” (Brasil Paralelo 2019, 1:23:01), durante uma cerimônia oficial. Ex-membro dos grupos Política Operária (Polop) e Comando de Libertação Nacional (Colina), Dilma estava presente, ao lado de seu marido, Carlos Araújo, na reunião que selou a união deste último à Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) em 1969, formando a Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares (VAR-Palmares) (Carvalho 2009). Araújo é então exibido descrevendo as ações do movimento:

Eu tenho muito orgulho também de ser companheiro da Dilma por esse tempo todo. Nós formamos uma organização nacional chamada Vanguarda Armada Revolucionária Palmares. Nós praticávamos ações de expropriação, que nós chamávamos, dos bancos. Nós íamos buscar dinheiro nos bancos. Nós queríamos ter dinheiro para comprar armas. Fizemos ações em quartéis também, alguns quartéis, para pegar armas (Brasil Paralelo 2019, 1:23:01).

Posteriormente, são apresentados depoimentos de outros ex-membros da luta armada para corroborar o argumento de que o compromisso da esquerda não era com a democracia, mas sim com uma forma alternativa de ditadura. O primeiro depoente é Fernando Gabeira, que admite que “ninguém, no fundo, queria a democracia estrategicamente. Todo mundo queria, na verdade, o socialismo. Buscava-se outra forma de ditadura, que é a ditadura do proletariado” (Brasil Paralelo, 1:23:30). Em seguida, Vera Sílvia Magalhães, integrante do Movimento Revolucionário 8 de Outubro (MR-8), declara: “Nós não éramos exatamente contra a ditadura. Nós éramos contra a ditadura militar burguesa, mas nós éramos a favor da ditadura do proletariado. Isso ninguém diz, mas precisa ser dito porque faz parte da nossa história” (Brasil Paralelo, 1:23:42).

A atuação da luta armada acabou romantizada, de fato, pela memória hegemônica do regime, como parte de um esforço de acomodação durante o longo processo de transição política (Napolitano 2015). Num documentário da *TV Câmara* sobre Vera, a guerrilheira é apresentada como alguém que

poderia ter desfilado a beleza de seus vinte anos pelas calçadas de Ipanema, no Rio de Janeiro onde nasceu. Poderia ter sido uma garota que amava os Beatles e os Rolling Stones, no embalo da liberação de costumes que varreu o mundo na década de 60. Ou poderia ter concluído o curso de Economia e levado uma vida burguesa, beneficiada pelo “milagre brasileiro” que fez o País crescer dez por cento ao ano no período mais repressivo dos governos militares. Mas Vera Sílvia Magalhães amava a revolução e, como tantos jovens de sua época, não admitia viver sob a ditadura implantada pelo golpe de 64. Nenhum deles, porém, foi tão longe: ela pegou em armas, assaltou bancos, trocou tiros com forças de segurança e sequestrou o embaixador do país mais poderoso do mundo. Viu o companheiro tomar a seu lado, quando tentavam escapar de um cerco policial. E a peruca que usava para se disfarçar nos assaltos a transformou em personagem de primeira página nos jornais populares: era a loura noventa, que empunhava dois revólveres calibre 45. Acabou baleada, presa, torturada e banida do país que queria libertar. E virou personagem de um filme que concorreu ao Oscar. Trinta anos depois, vividos entre o exílio e a volta, Vera Sílvia Magalhães ainda procura seu lugar no mundo. Carrega no corpo e na alma as marcas da violência. E se pergunta o que fazer agora

de tanta ousadia e tanta generosidade, de tanta coragem e tanta ternura (Câmara dos Deputados 2004).

Muitas são as representações semelhantes, amplamente difundidas na sociedade, que sugerem uma suposta inclinação democrática dos guerrilheiros. 20 anos depois de sua execução pelos militares, o militante José Manoel da Silva teve os restos mortais recuperados por Toritama, Pernambuco, sua cidade natal. Ele foi morto junto a outros cinco militantes da VPR no Massacre da Chácara São Bento, em 1973. Durante o cortejo, o locutor o descreveu como “aquele que tombou em defesa da democracia” (Roberto Monte 2013, 3:10).

De qualquer forma, embora essa perspectiva tenha obscurecido, ao menos parcialmente, ao longo das décadas seguintes, uma realidade menos gloriosa da luta armada, também não se pode dizer que esse passado seja totalmente desconhecido. As evidências para essa conclusão estão presentes no próprio documentário: nenhum dos ex-guerrilheiros foi ouvido a partir de entrevista exclusiva para a produção, mas por meio de imagens de arquivo. Isso também significa que, mesmo dentro da própria esquerda revolucionária, teoricamente vitoriosa no âmbito da memória, existe uma demanda pelo reconhecimento da dimensão política dessa experiência, seja para sua exaltação ou como forma de autocrítica.

Ao longo das décadas seguintes, diversos ex-guerrilheiros produziram memórias sobre a luta armada, como Gabeira (2009), Daniel Aarão Reis (1990) e Jacob Gorender (1987), todos com considerável influência jornalística ou acadêmica. Esses relatos, embora variados, abordam abertamente temas controversos relacionados à oposição armada ao regime e não hesitam em fazer uma avaliação crítica de seus próprios colegas. Os historiadores argentinos Beatriz Sarlo (2007) e Hugo Vezzetti (2007) também têm criticado uma memória que retrata os opositores da ditadura apenas como vítimas. Conforme apontado pelo historiador brasileiro Clóvis Gruner (2020, 234), “em nome da distinção clara e inequívoca entre criminosos e vítimas, culpados e inocentes, grupos e indivíduos tiveram suas motivações e afiliações políticas mais diversas temporariamente suspensas, esquecidas”.

Mas *Entre armas e livros* insiste: “É a mentira, que de tão repetida, tornou-se história” (Brasil Paralelo 2019, 1:23:56), como conclui a narração em *off*. O jornalista William Waack complementa:

Mais tarde, as narrativas históricas vão ficando cada vez mais deturpadas em relação a esse período, até o ponto de hoje, infelizmente, parecer ponto pacífico que gente como a Dilma, por exemplo, tivesse lutado pela liberdade ou pela democracia, ou pelos direitos humanos. Isto é uma falsificação histórica (Brasil Paralelo, 1:24:00).

Para a Brasil Paralelo, entretanto, os guerrilheiros de esquerda não são ingênuos ou idealistas, como consagrou a memória liberal do período, mas os protagonistas de uma era marcada por “crime, medo e sangue”. A extensa intervenção da narração em *off* de Valerim reforça esse ponto de vista:

Derrubar o regime era o pretexto utilizado ao atrair militantes para a causa principal: instalar a ditadura comunista. Eram dezenas de grupos que, com brutalidade e frieza, cometiam atrocidades contra o povo brasileiro. Entre os grupos terroristas que tiveram maior destaque neste período sombrio, estavam ALN, Colina, MR-8, PCdoB, VPR, VAR-Palmares, MRT. Estes grupos eram formados por pessoas que protagonizaram nos anos seguintes a política no Brasil. Entre elas, está Dilma Vana Rousseff, que pertenceu aos grupos Polop, Colina, VAR-Palmares e virou presidente do país em 2011. Os grupos que Dilma participou foram responsáveis por diversos atentados, assaltos, sequestros e assassinatos. Outro nome que protagonizou o terrorismo brasileiro foi Carlos Marighella. Junto com grupos ligados à Teologia da Libertação, foi responsável pela criação do grupo terrorista mais perigoso do país, a Aliança Libertadora Nacional. Autor do livro *Minimanual do Guerrilheiro Urbano*, publicado em junho de 1969, Marighella divulga todas as táticas e objetivos dos grupos terroristas que seguiam à risca seus ensinamentos cruéis: matar policiais e membros do Exército, preparar bombas, assaltar, sequestrar, fazer terrorismo e executar colegas que desertassem. No ano de 2013, Marighella foi homenageado em sessão solene no Senado Federal, pelo que chamaram de “luta social”, assim como filmes exaltando seus feitos foram produzidos pela esquerda, que aplaude e comemora a barbárie e a criminalidade. No dia 4 de setembro de 1969, a Aliança Libertadora Nacional de Marighella e o MR-8 de Franklin Martins sequestraram o embaixador americano Charles Elbrick, com a exigência de que criminosos presos fossem soltos. Sem opção, os militares aceitaram o pedido e liberaram 15 presos. Entre eles estava José Dirceu, personagem que surgiria décadas mais tarde como guru da esquerda e ministro da Casa Civil, até ser condenado no maior esquema de corrupção da história do Brasil (Brasil Paralelo, 1:24:22).

Neste trecho, é evidente a ênfase da produção em destacar a conexão entre os crimes da luta armada e figuras políticas contemporâneas. Dilma Rousseff, Franklin Martins e José Dirceu, destacados membros do PT, são mencionados nominalmente. Embora não haja evidências de sua participação direta em atentados violentos (Loyola 2014), a narração opta por estabelecer associações entre as organizações guerrilheiras e o partido. Esta não é a primeira vez que o passado guerrilheiro de Dilma é trazido à tona no debate público. Em 2009, a *Folha de S. Paulo* divulgou uma ficha falsa da então ministra da Casa Civil durante a ditadura, com um suposto plano de sequestro que envolvia Delfim Netto (Magalhães 2009). No ano anterior, o senador Agripino Maia (DEM-RN), de família ligada à Arena, tentou questionar um depoimento de Dilma à Comissão de Infraestrutura, baseando-se em uma confissão de que ela havia mentido aos militares sob tortura quando foi presa em 1970 (Folha de S. Paulo 2008).

A narração então descreve alguns atentados promovidos pela esquerda, com destaque para a explosão de uma bomba que visava o então candidato à sucessão presidencial Arthur da Costa e Silva, em Guararapes (Costa e Azevedo 2018):

O ano de 1966 foi marcado por diversos ataques na capital de Pernambuco. Após sucessivos atentados sem vítimas, no dia 25 de julho daquele ano uma maleta contendo explosivos foi deixada no saguão do aeroporto de Guararapes deixando 17 feridos e dois mortos. Entre eles, o jornalista Edson Régis de Carvalho, casado e pai de cinco filhos. Assassinatos como este e outros atentados terroristas aconteceram centenas de vezes nas décadas de 1960 e 1970. Os nomes dessas pessoas foram apagados da história, ao serem ignoradas pela imprensa e pela academia. Nada se falou das vítimas que o comunismo fez no Brasil. A história dos inocentes não foi contada (Brasil Paralelo 2019, 1:26:28).

Ao contrário das vítimas do regime, os alvos da esquerda são identificados por nome, rosto e identidade. Por exemplo, a morte do jornalista Vladimir Herzog, evento inescapável em qualquer elaboração sobre a ditadura, não tem autoria definida. “Nós temos a morte de Herzog, nós temos

vários símbolos que acentuam esse desgaste”, limita-se a dizer Thomas Giulliano enquanto narra a crise nos primeiros anos de Geisel, com foco na inflação (*Brasil Paralelo*, 1:50:54). No entanto, em *Entre armas e livros* “o crime, o medo e o sangue” têm uma tangibilidade real. A produção então apresenta estatísticas da violência fatal durante o regime:

Foram 119 vidas assassinadas em nome da revolução. A maioria não tinha a ver com a guerra entre militares e terroristas. Há uma divergência sobre o número de mortos e desaparecidos durante o regime militar: 424, segundo os movimentos de esquerda; 362, segundo os militares. O número verdadeiro deve estar em algum lugar no meio dessa diferença (*Brasil Paralelo*, 1:27:12).

Além de subestimar em 10 o total de mortos contabilizados pela Comissão Nacional da Verdade, a elaboração ainda põe em dúvida o número de vítimas do regime. Cada lado apresentaria seus números e a verdade, diz a narração, “deve estar em algum lugar no meio”. Mas os indivíduos mortos pela esquerda são, para a produção, exatamente 119, embora essa contagem tenha sido originalmente feita pelo coronel Brilhante Ustra, chefe do Doi-Codi do II Exército em São Paulo (Folha de S. Paulo 2014). Diante da discrepância entre os números das vítimas da direita e da luta armada, o documentário recorre, como mencionado no texto que introduz a seção, à genérica estimativa de “50 milhões de assassinatos” provocados pelo comunismo no mundo. A necessidade de ilustrar o terror da luta armada brasileira era tamanha que a *Brasil Paralelo* incluiu uma fotografia feita por Sebastião Salgado no garimpo de Serra Pelada, no Pará, sem qualquer conexão com os eventos em discussão. Posteriormente, essa imagem foi removida do vídeo após uma ação judicial movida pelo autor (Paulo 2020).

A narração então continua, atribuindo o “ambiente de guerra” no país à ação de “psicopatas, torturadores e criminosos de ambos os lados”:

Com o terrorismo comunista cada vez mais crescente, a esquerda radical deu o pretexto para que a população sentisse medo e a linha-dura do Exército conseguisse expandir seu poder. E foi nesse ambiente de guerra que psicopatas, torturadores e criminosos de ambos os lados se valiam para praticar as suas perversidades em nome de uma causa ou de outra. A tortura contra opositores já era presente na política desde a ditadura de Getúlio Vargas. Infelizmente, ela não teve o seu fim no regime militar (*Brasil Paralelo* 2019, 1:27:34).

A “teoria dos dois demônios”, utilizada especialmente para descrever o contexto de radicalização política nas ditaduras do Cone Sul, pressupõe a existência de duas forças extremas em evolução, uma da esquerda e outra da direita (Oliveira e Reis 2021). Apesar de todas as críticas possíveis a ela, graças à evidente disparidade de forças entre as ditaduras e os guerrilheiros, a *Brasil Paralelo* mobiliza uma versão específica dela, mas com um notável acento anticomunista que exagera as ações da luta armada para minimizar o papel dos agentes da repressão, retratando um demônio claramente maior e mais ardiloso do que o outro. No filme, as únicas vezes em que o termo “tortura” é mencionado são para caracterizar especificamente o *modus operandi* da

esquerda, para descrevê-la como algo “presente na política desde a ditadura de Getúlio Vargas” ou, no máximo, atribuí-la a “ambos os lados”.

A função do destaque à perenidade da prática parece ser a de relativizar a prática durante a ditadura militar, já que vinha sendo praticada pelo Estado brasileiro há décadas. Além disso, a produção reforça a tortura como um expediente da esquerda, graças ao entendimento de que até mesmo Vargas teria sido um ditador comunista (Brasil Paralelo 2020), embora o autogolpe do Estado Novo tenha sido fundamentado principalmente em uma orientação anticomunista (Motta 2020). Mais do que uma ocorrência sistemática, a tortura perpetrada pelos agentes do Estado é retratada como algo anômalo, se atribuída a “psicopatas”, ou paradoxalmente tão comum que sequer mereceria destaque se considerada uma prática contínua. Um levantamento da Human Rights Watch estima em 20 mil o total de torturados pelo regime no Brasil (Jansen 2019).

Como fizeram os grandes jornais do período (Napolitano 2017), *Entre armas e livros* também atribui ao movimento estudantil “exagero”, “instrumento político”, “publicidade” e “instrumentalização” na contabilização de cadáveres:

A guerra travada pelos terroristas expandia as justificativas para a repressão por parte do Exército. Do outro lado, permitia que o movimento estudantil usasse os mortos em combate para construir a ideia de que a tortura era uma política de Estado, fazendo dessa bandeira seu instrumento político e sua publicidade. O exagero fez parte dessa instrumentalização. Algumas pessoas que constam como desaparecidas na verdade se auto exilaram ou eram delatores que ganharam uma nova identidade do governo para não serem mortos pelos próprios ex-companheiros de guerrilha. Não é preciso justificar tortura e ditadura para reconhecer que crimes foram cometidos. Os objetivos das guerrilhas eram claros, e a democracia não estava entre eles. A palavra sequer aparece nos livros, discursos e debates à época (Brasil Paralelo 2019, 1:28:06).

Na verdade, há fortes evidências que sustentam a afirmação de que a tortura era uma política de Estado durante a ditadura. Essa conclusão foi alcançada pelo coordenador da Comissão Nacional da Verdade, Pedro Dallari, após dois anos de pesquisa (Betim 2014). A tortura inclusive foi um elemento fundamental na repressão da luta armada. Muitos guerrilheiros que estavam vivendo na clandestinidade foram capturados graças a longas sessões de tortura que resultaram em delações. Em cursos sobre técnicas de interrogatório, especialistas estrangeiros justificavam o uso da tortura argumentando que ela poderia salvar a vida de inocentes (Motta 2021). Desde pelo menos 2018, não é possível negar que os generais tinham conhecimento das execuções sumárias realizadas pelo regime. Um memorando da CIA, descoberto pelo pesquisador Matias Spektor, descreve em 11 de abril de 1974 a anuência de Geisel na continuação da política de extermínio do Centro de Inteligência do Exército, embora tenha alertado para que esse destino fosse reservado apenas para “subversivos perigosos” (Borges 2018).

Na parte final do trecho, assim como na narração em *off* que introduz a discussão sobre a luta armada, é mencionada a prática de justicamentos dentro da esquerda, um tema bastante sensível que deixou suas vítimas em uma espécie de limbo nas políticas de memória desenvolvidas

pelo Brasil. Na primeira menção, o documentário afirma que “os revolucionários assassinavam até os próprios colegas que queriam desistir da luta armada” (Brasil Paralelo 2019, 1:21:46). A imagem que ilustra esse trecho é uma fotografia dos guerrilheiros de Três Passos, do Movimento Revolucionário 26 de Março, presos já em 1965. Os “tribunais revolucionários” durante o regime, entretanto, só começaram em 1969, após o AI-5, e continuaram até 1973, quando os últimos focos da guerrilha estavam em declínio diante da repressão.

Com o objetivo de narrar as histórias dessas vítimas sem reproduzir a versão dos militares, o jornalista Lucas Ferraz publicou em 2021 o livro *Injustiçados*, resultado de uma pesquisa iniciada ainda em 2007. Ferraz, assim como muitos outros pesquisadores, foi atraído para o tema a partir da trajetória de José Anselmo dos Santos, popularmente conhecido como Cabo Anselmo, o mais famoso infiltrado da ditadura e responsável pela execução de pelo menos 20 companheiros da luta armada, incluindo sua namorada. Mesmo com muitas suspeitas sobre ele na época, o militar sergipano, que morreu aos 80 anos de causas naturais, nunca foi levado à “justiça revolucionária” por seus colegas. A principal conclusão de *Injustiçados*, como sugere o título do livro, é que todos os pares vítimas da luta armada no Brasil foram erroneamente julgados como traidores pelos tribunais revolucionários, apesar de sua evidente ilegitimidade (Ferraz 2021).

Ao todo, quatro pessoas foram executadas nessas circunstâncias durante a ditadura: Márcio Leite de Toledo, Carlos Alberto Maciel Cardoso, Francisco Jacques de Alvarenga e Salatiel Teixeira Rolim. De acordo com Ferraz, esses números são proporcionais à dimensão do movimento revolucionário armado brasileiro. No entanto, ao contrário do que sugere *Entre armas e livros*, esses episódios foram amplamente explorados e até mesmo superestimados pelo regime, que divulgou versões ainda mais aterrorizantes por meio da imprensa. Os justicamentos eram tão convenientes que eventualmente foram usados para tentar atribuir à luta armada alguns dos cadáveres produzidos pela ditadura. Isso levou a família de Márcio, o primeiro justicado, a acreditar por um tempo que ele teria sido morto em um teatro armado pela repressão. Por outro lado, seria muito improvável o contrário, uma vez que os guerrilheiros costumavam deixar longas cartas assinadas pelas organizações junto aos corpos, como forma de conferir legitimidade às execuções (Ferraz 2021).

Embora sejam bárbaros e injustificáveis, esses assassinatos, além de não alcançarem a dimensão indicada pela Brasil Paralelo no filme, também podem ser atribuídos à ditadura. Esta, como instauradora de um regime que levou a oposição radicalizada à paranoia,¹ infiltrando agentes

¹ Essa paranoia é bem descrita na obra de Ferraz (2021) como “síndrome de Severino”, em referência a um militante da Aliança Libertadora Nacional, José da Silva Tavares, conhecido como Severino. Ele foi preso na primavera de 1970 em Belém pelo Cenimar, serviço de inteligência da Marinha. No entanto, retornou aos companheiros com uma história de fuga cinematográfica do hospital após uma tentativa de suicídio. Resumindo a trama: na realidade, ameaçado de morte, ele fez um acordo com o delegado Fleury, do temido Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) de São Paulo, para entregar Câmara Ferreira, experiente guerrilheiro sucessor de Marighella no comando da organização.

e convertendo militantes para torturá-los e executá-los a sangue-frio, deve ser considerada coautora da tragédia humanitária que cada uma dessas mortes representa.

A abordagem do documentário sobre os desaparecidos procura explorar justamente este filão, quando são mencionados os nomes de seis militantes que supostamente mudaram de identidade e desapareceram por medo de represálias de seus próprios companheiros após um acordo de delação. Embora o justicamento tenha sido uma realidade dentro da oposição armada ao regime, a narrativa apresentada pelo filme parece aceitar sem questionamentos a versão de Hugo Studart num livro lançado em 2018, *Borboletas e Lobisomens*. Esta obra gerou grande repercussão na historiografia e entre entidades de direitos humanos, tendo recebido críticas significativas por não revelar suas fontes e por não fornecer documentos comprobatórios que sustentem suas afirmações (Monteleone 2018). Além disso, familiares dos supostos desaparecidos negam as alegações feitas no livro (Quadros 2021).

O acesso à vasta documentação produzida pelo próprio regime militar poderia fornecer informações cruciais para esclarecer o destino dos mais de 200 desaparecidos no Brasil. Como evidenciado pelo jornalista Lucas Figueiredo (2015) em seu livro *Lugar Nenhum: militares e civis na ocultação dos documentos da ditadura*, os serviços de inteligência das Forças Armadas elaboraram, copiaram e mantiveram milhões de páginas de dossiês sobre a esquerda e com informações sobre o paradeiro de seus militantes no país. No entanto, as ordens para disponibilizar esses documentos, especialmente durante a Nova República, foram tratadas com desdém e, por vezes, com cinismo por parte das instituições militares. Esses arquivos sem dúvidas seriam fundamentais para lançar luz sobre muitos casos de desaparecimentos durante o regime militar no Brasil.

O livro de Lucas Figueiredo apresenta várias contradições e omissões nos relatórios apresentados pelos militares quando solicitados pelo poder civil. Um exemplo concreto está na posição oficial do Exército sobre o paradeiro de Miguel Pereira dos Santos. Ao ministro da Justiça Maurício Corrêa, em 1993, a força terrestre limitou-se a dizer que ele “participou ativamente da guerrilha do Araguaia, onde teria desaparecido em 1972”. No entanto, em 2007, com a descoberta do Orvil, soube-se que já em 1988 o Centro de Informações do Exército (CIE) havia declarado o guerrilheiro como “morto numa emboscada, tendo seu acompanhante logrado fugir ileso”. Existem outros casos semelhantes, que mostram inclusive que a alegação de que as Forças Armadas teriam destruído os documentos, eventualmente acionada para justificar as ausências, era uma

Embora tenha sido alertado sobre a possibilidade de traição, Ferreira defendeu o companheiro. Tavares forneceu informações sobre mais de 100 militantes treinados em Cuba e entregou o paradeiro de quatro militantes de uma só vez, incluindo o novo comandante da ALN, que morreu sob tortura.

distração. O próprio Leônidas Pires Gonçalves admitiu, já com 85 anos, que os documentos não haviam sido queimados “coisa nenhuma” (Figueiredo 2015).

O caso de Antônio de Pádua Costa, listado como falso desaparecido pela *Brasil Paralelo* no filme, é bastante revelador dessa postura das Forças Armadas. Segundo depoimentos registrados pelo Ministério Público, ele foi preso e forçado a guiar soldados pela mata no Araguaia. No entanto, o Exército foi lacônico ao dizer que ele teria sido apenas morto. Outro exemplo é o de Luiz Renê Silveira e Silva, também classificado como “vira-casaca” em *1964 - O Brasil entre armas e livros*. Seus dados de morte foram ocultados pela força terrestre no relatório para o Ministério da Justiça, mas em 1996 o jornal *O Globo* divulgou documentos sigilosos do próprio Exército que confirmavam sua execução, juntamente com outros 10 companheiros. Todos os nomes apresentados pela produção foram citados no relatório de 1993 entregue pela Marinha ao ministro da Justiça. No entanto, duas décadas depois, acabaram ignorados nos informes solicitados pela Comissão da Verdade. O documentário da *Brasil Paralelo* e outras produções não fazem cobranças pelo acesso a esses arquivos, o que poderia ajudar a esclarecer muitos desses casos.

A *Brasil Paralelo* e a violência política da direita

A *Brasil Paralelo* fundamenta sua posição de não defender a ditadura principalmente devido à sua rejeição ao AI-5. Como fizeram muitos liberais que apoiaram o golpe que derrubou João Goulart e romperam com o regime após seu recrudescimento, a produtora só reconhece a ditadura a partir de 1968. Antes disso, teria havido apenas algo como um regime meramente transitório que em algum momento se perdeu no caminho. Essa posição não é novidade no debate público, como se sabe a partir das intervenções do historiador conservador Marco Antonio Villa (2009), por exemplo.

Na narração em *off*, Filipe Valerim inicia o trecho com destaque para as ações da esquerda armada, afirmando: “O governo de Costa e Silva sofria forte oposição, desde as manifestações estudantis até os atos terroristas. O governo se via cada vez mais isolado” (*Brasil Paralelo* 2019, 1:28:57). O jornalista Lucas Berlanza continua:

Ele reúne o seu ministério para discutir medidas duras e aí apresenta o projeto do Ato Institucional número 5, que dava ao Executivo o poder de acabar com os outros poderes se necessário, assim sempre que necessário, fechar o Congresso, intervir nos magistrados, nos juizes; relativizava o habeas corpus, o que é muito perigoso (*Brasil Paralelo*, 1:29:07).

Silvio Grimaldo começa com a série de rechaços: “A ideia de que o Ai-5 surgiu para poder combater a guerrilha é fantasiosa porque os dispositivos constitucionais que existiam permitiam o combate da guerrilha” (*Brasil Paralelo*, 1:29:34). Logo a seguir, Berlanza questiona:

Havia manifestações, havia guerrilha. Mas a reflexão que fica é: será que era preciso um AI-5 para combater isso tudo? Será que manifestações justificam o AI-5? Começa por aí. Ter gente na rua, seja

de esquerda ou de direita, para protestar contra o governo, justifica você fazer o fechamento total do sistema político? (Brasil Paralelo, 1:30:07)

William Waack responde taxativamente que não, mas não perde a oportunidade de dar destaque à luta armada:

Eu vi como a Itália, a França e a Alemanha souberam dominar movimentos terroristas sem perder a sua essência do regime democrático. É possível, sim. É possível combater o terrorismo militante, covarde, assassino, sem que esses países deixem de lado o respeito à lei, à ordem e à democracia (Brasil Paralelo., 1:29:46).

É plausível imaginar que o movimento revolucionário brasileiro pudesse produzir vítimas em larga escala durante o contexto da Guerra Fria, mesmo sob um governo democrata, uma vez que a oposição à “democracia burguesa” era uma constante nos escritos desses grupos. No entanto, esse exercício contrafactual não passaria de mera especulação. A comparação entre as social-democracias da Itália, França e Alemanha e o Brasil também é insustentável, pois já era evidente o processo de fechamento do regime mesmo antes do AI-5. Até 1966, quando as ações mais efetivas da esquerda armada tiveram início (Ferraz 2021), o governo militar já havia editado quatro Atos Institucionais. Isso sem mencionar o próprio golpe, que por si só implicou uma série de medidas autoritárias.

O documentário também omite as centenas de atentados perpetrados pela direita, alguns dos quais ocorreram até antes do golpe, como a bomba colocada para explodir a Exposição Soviética no Campo de São Cristóvão em 1962, e outros ocorridos muito depois da derrocada da luta armada, a exemplo do artefato que detonou o prédio da OAB carioca e resultou na morte da secretária Lyda Monteiro da Silva, em 1980. Um panfleto da Aliança Anticomunista Brasileira (AAB) encontrado no local afirmava que “a OAB está totalmente dominada pelos comunistas, que transformam a entidade em uma agência de trabalho de Moscou contra os interesses do Brasil” e que a bomba era um “primeiro alerta” (Motta 2020, 182).

O infame caso Riocentro, amplamente reconhecido como uma das mais emblemáticas reações de setores militares à abertura política, é surpreendentemente descrito por Lucas Berlanza no filme como “*muito provavelmente* [...] coisa da linha-dura e não da extrema esquerda” (Brasil Paralelo 2019, 1:52:06). Embora essa narrativa tenha perdido força nos últimos anos do regime, principalmente devido ao seu desgaste e à maior liberdade da imprensa, os militares continuaram insistindo que os atentados eram perpetrados pela própria esquerda. Na noite de 30 de abril de 1981, o centro de convenções tinha cerca de 20 mil pessoas reunidas para uma série de shows musicais em comemoração ao Dia do Trabalhador, quando duas bombas explodiram no recinto. Uma delas detonou prematuramente dentro do carro que as transportava, resultando na morte instantânea do sargento Guilherme Pereira do Rosário. Apesar de gravemente ferido, o capitão

Wilson Dias Machado conseguiu sobreviver. A versão oficial, no entanto, não admitiu envolvimento da direita ou governo, evidentemente (Batista 2021).

Rodrigo Patto Sá Motta (2020, 178), em seu livro *Em Guarda Contra o Perigo Vermelho*, analisa esse expediente, demonstrando que ele seguiu as tendências de aumento das atividades anticomunistas no país. Segundo o historiador, os relatórios das autoridades policiais sobre os atentados da direita no início dos anos 1960 “parecem ter sido elaborados apenas para cumprir uma exigência burocrática”. Um dos casos analisados por ele beira a comicidade: o responsável pela investigação de um atentado lamenta não ter conseguido encontrar o registro do Movimento Anticomunista (MAC) em cartório. O mais próximo que se chegou da identificação dos seus financiadores apareceu em uma coluna apócrifa do *Jornal do Brasil*, em janeiro de 1962, que afirmava que o governo havia mantido os nomes em sigilo graças ao envolvimento de “gente graúda”. Na época, houve especulações sobre tenentes, almirantes e empresários, mas as investigações não avançaram (Motta 2020).

Em seu relatório final, a Comissão Nacional da Verdade optou por não contabilizar a maioria dessas mortes, considerando o foco na ação direta do Estado e por razões eminentemente políticas. Mesmo que os números dessa contagem (434 pela ditadura e 119 pela esquerda) sejam admitidos friamente, é essencial considerar que 90% das mortes atribuídas à luta armada resultaram de confrontos armados com agentes de segurança, enquanto o leque de vítimas do regime foi muito mais diversificado. A narrativa favorável à ditadura, de que ela apenas executou opositores altamente perigosos, também é falaciosa: entre suas vítimas estão estudantes desarmados, parlamentares, jornalistas, mães de desaparecidos e até crianças, frequentemente usadas em sessões de tortura. Isso sem mencionar as inúmeras mortes de guerrilheiros que o regime forjou como resultado de tiroteios. Se fossem incluídas as execuções de camponeses e indígenas, predominantemente perpetradas por pistoleiros a serviço de grupos privados em colaboração com a ditadura, esse número aumentaria exponencialmente (Motta 2021).

Além da ação de grupos terroristas marginais e da leniência das autoridades, a direita autoritária também contava com um aparato estatal repressivo pré-existente, mas em franca evolução desde o golpe, que incluía as criações do Serviço Nacional de Informações (SNI), estabelecido em 1964 e diretamente subordinado ao Exército; do Centro de Informações do Exército (CIE), em 1967; do Centro de Informações da Aeronáutica (Cisa), em 1968; do Departamento de Polícia Federal (DPF), uma espécie de polícia nacional que posteriormente se ocupou da censura, e a Inspeção Geral das Polícias Militares (IGPM), em 1967; dos Doi-Codi, em 1970, inspirados pela experiência da Operação Bandeirantes no ano anterior, que contou com o apoio de empresários; e das Divisões de Segurança e Informações (DSI) e Assessorias de Segurança

e Informação (ASI), no início da década de 1970. Também é importante ressaltar que a Lei de Segurança Nacional, em vigor desde 1953, sofreu atualizações em 1967 e 1969 para ampliar as opções de enquadramento da subversão. Toda essa estrutura, como destaca Motta, à exceção dos Doi-Codi, já estava estabelecida antes mesmo de a luta armada começar a representar um desafio significativo para os militares (Motta 2021).

E enquanto a esquerda recebeu ajuda internacional, notadamente de Cuba, o regime militar contou com o suporte bélico, técnico e tático dos Estados Unidos, Inglaterra e França (Motta 2021). Além disso, houve cooperação estratégica entre as ditaduras do Cone Sul já na década de 1970, exemplificada pela Operação Condor (Rossi 2019). Por outro lado, de maneira geral, é possível afirmar que a estrutura da luta armada no Brasil era mais do que precária.

Esse diagnóstico não tem como finalidade minimizar as intenções bélicas da guerrilha, mas sim reconhecer seus limites na prática e, principalmente, a fragilidade de uma interpretação que a equipara ao aparelho repressivo da ditadura. Considerando a desproporcionalidade das forças em oposição, se a “teoria dos dois demônios” já não consegue capturar com precisão a realidade dos “anos de chumbo” no Brasil, a versão apresentada pela Brasil Paralelo, que exagera o perigo comunista para minimizar a ação da ditadura como meramente reativa, chega a beirar a fantasia.

Conclusão

Uma análise atenta de *1964 - O Brasil entre armas e livros* revela algumas importantes posições contraintuitivas da Brasil Paralelo que merecem destaque. Em primeiro lugar, seus entrevistados, em sua maioria, admitem que o que houve em 31 de março de 1964 foi um golpe de Estado. Além disso, a produção tem posição unânime de rechaço ao AI-5, instrumento que institucionalizou as ferramentas mais autoritárias da repressão. A Brasil Paralelo reconhece, portanto, a existência da ditadura e não parte abertamente em sua defesa.

Por outro lado, apesar de aparentemente flertar com a memória hegemônica crítica ao regime, esta de matriz liberal (Napolitano 2015), marcando posição contrária à ditadura, a produtora acaba por reciclar uma série de elementos da memória militar, notadamente graças ao superdimensionamento da ameaça de um golpe comunista. Este golpe supostamente iminente em 1964 teria sido interrompido por um movimento iniciado pela sociedade civil, em uníssono, e seguido pelos militares. Um dos entrevistados da produção chega inclusive a chamar o golpe de “revolução”, tamanho entusiasmo. No documentário, a insistente trilha de suspense é finalmente substituída por uma marcha triunfal que celebra o fim da Quarta República brasileira. O que faz a Brasil Paralelo, portanto, mais do que relativizar o golpe, como fizeram os liberais desembarcados, é comemorá-lo efusivamente. Além disso, embora a repressão tenha sido abertamente condenada

pelos entrevistados, há uma clara extrapolação da real força da resistência armada à ditadura militar. Ela reproduz o discurso oficial da época e, ainda, o consagrado pelos oficiais que escreveram sobre a experiência no futuro.

Mesmo crítica à ditadura, a produção acaba por revelar algumas preferências através do que diz e do que oculta. Evidência disso são admissões de que teria havido censura, tortura e assassinatos praticados pelos militares, mas desacompanhadas de qualquer caso concreto. Já os casos da esquerda, por sua vez, são fartamente explorados, numa balança que, como dito, confere ao “demônio” da esquerda tamanho muito superior ao da direita, numa avaliação insustentável diante do que se sabe hoje sobre o assunto (Motta 2020).

Em entrevista para o comediante Danilo Gentili, os sócios da Brasil Paralelo têm a oportunidade de se defender da acusação de que o documentário consiste num elogio à ditadura. Lucas Ferrugem diz que “é extensa a lista de críticas feitas ao período militar”. Quando tem a oportunidade de se explicar, ele arremata:

A principal crítica que ele [o filme] faz aos militares... Ele faz uma dura crítica nesse sentido, que, além de ele ter aparelhado o Estado, inflado o Estado, ele deixou uma brecha gigantesca para que se criassem movimentos de massa, culturais, etc. E depois, quando acabou o regime, o único partido de massa que surgiu foi o PT, que protagonizou, depois, mais à frente, os próximos anos da política brasileira. E o fato de eles terem aparelhado todo esse Estado, eles entregaram isso de bandeja para uma oposição tenaz, que se criou durante o período militar e permitiu que o sonho da Nova República fosse na verdade um mito em que a gente só ganhou uma nova escolha para o cabresto (The Noite com Danilo Gentili 2019, 15:28).

Quer dizer, as prisões arbitrárias, a falta de eleições livres, a censura, a tortura, as execuções e o desaparecimento de corpos não são um problema tão grande para a produtora quanto o fato de o regime ter supostamente entregue o Estado para a oposição. Se não defende a ditadura, como alega, a Brasil Paralelo também não parece estar muito preocupada com a democracia.

Apesar de superestimar a força da luta armada, *Entre armas e livros* reproduz uma percepção especialmente cara a Olavo de Carvalho, segundo a qual as guerrilhas não passariam de mera distração para os militares. Um artigo de Olavo para o *Diário do Comércio* diz que

Sim, desde aquela época, quando os generais acreditavam mandar no país porque controlavam a burocracia estatal, a esquerda, dominando a mídia, o movimento editorial e as universidades, já tinha o monopólio da narrativa histórica e portanto, o controle virtual do curso dos acontecimentos. Os militares, que em matéria de guerra cultural eram menos que amadores, nada perceberam. Imaginaram que a derrota das guerrilhas havia aleijado a esquerda para sempre, quando já então uma breve leitura dos Cadernos do Cárcere teria bastado para mostrar que as guerrilhas nunca tinham sido nada mais que um boi-de-piranha, jogado às águas para facilitar a passagem da boiada gramsciana, conduzida pelo velho Partidão no qual os luminares dos serviços de “inteligência” militares só enxergavam um adversário inofensivo, cansado de guerra, ansioso de paz e democracia, quase um amigo, enfim (Carvalho 2012).

Na mesma entrevista para Gentili, Ferrugem diz que o intuito do documentário é apenas “equilibrar”, já que “a propaganda política que está tendo no momento é muito forte, então a gente tem que tentar buscar a verdade nisso”. A ideia, então, seria “tirar o panfleto político, tirar essa

carga ideológica que teve no período” (The Noite com Danilo Gentili 2019, 5:38). Nunca é demais lembrar que esta também foi a motivação dos militares que, já na transição democrática, escreveram o Orvil. “Porém, para os vencidos, o combate continuou. Os derrotados trocaram as armas pelas palavras, fazendo questão de não deixar cicatrizar as feridas que procuram manter abertas até hoje”, escreveu Ustra (2012, 23) na apresentação do livro.

O que está em jogo, neste sentido, é mais do que a mera interpretação do regime e da resistência a ele, mas a própria legitimidade dos atores que têm produzido essa interpretação. Para os olavistas, incluindo a Brasil Paralelo, o discurso dos públicos dominantes — que inclui num mesmo pacote a historiografia, as universidades, a educação básica e o jornalismo — tem um vício de origem, que é a contaminação, voluntária ou não, daquilo que chama de “marxismo cultural”, na verdade um alibi que as direitas utilizaram para manter incandescente o imaginário anticomunista num contexto de declínio dos regimes comunistas pelo mundo. Em suma, trata-se de um esforço de desqualificação cuja finalidade é suplantar o papel desempenhado pelos “peritos” dos sistemas pré-digitais, habilitando estes atores para contar a história da ditadura e qualquer outra.

Os resultados desse processo, ainda em aberto, são difíceis de prever. Fato é que se trata de um cenário complexo e impossível de ignorar. Na berlinda, o conhecimento acadêmico precisa recuperar a confiança da sociedade. E é preciso arregaçar as mangas para isso, compreendendo as novas dinâmicas e ajudando a propor saídas bem fundamentadas. A universidade, como se sabe, não se basta. Em última instância, ao menos em regimes democráticos, quem decide sobre seu papel é a sociedade civil. As novas direitas radicais perceberam isso e resolveram agir. Que não seja para reproduzir seu *modus operandi*, em muitos casos deplorável, ao menos provoque uma profunda reflexão sobre as práticas dentro ou fora da academia em seu nome. No horizonte, está o imenso desafio de permanecer atenta e crítica aos negacionismos ou revisionismos ideológicos e garantidora dos princípios de pluralismo e liberdade de expressão.

Referências bibliográficas

Alfano, Bruno, e Johhans Eller. “Criticada por Bolsonaro por ser ‘de esquerda’, TV Escola exibiu documentário com Olavo de Carvalho, *O Globo*, 16 de dezembro de 2019. <https://oglobo.globo.com/brasil/educacao/criticada-por-bolsonaro-por-ser-de-esquerda-tv-escola-exibiu-documentario-com-olavo-de-carvalho-24130625>.

Almeida, Fabio Chang de. “Internet, fontes digitais e pesquisa histórica”. Em *História Digital: a historiografia diante dos recursos e das demandas de um novo tempo*, org. José D’Assunção Barros. 101-119. Petrópolis: Vozes, 2022.

Batista, Liz. “Atentado do Riocentro: as bombas que tentaram parar a abertura política”. *O Estado de S. Paulo*, 30 abril de 2021. <https://www.estadao.com.br/acervo/atentado-do-riocentro-as-bombas-que-tentaram-parar-a-abertura-politica/>.

Bauer, Caroline. “Usos do passado da ditadura brasileira em manifestações públicas de Jair Bolsonaro”. Em *Do fake ao fato: (des)atualizando Bolsonaro*, orgs. Bruna Klem, Mateus Pereira e Valdeci Araujo. 173-193. Vitória: Milfontes, 2020.

Betim, Felipe. “Provamos que a tortura foi uma política de Estado durante a ditadura”. *El País Brasil*, 10 de outubro de 2014. https://brasil.elpais.com/brasil/2014/10/09/politica/1412885347_047042.html.

Borges, Rodolfo. “Documento da CIA relata que cúpula do Governo militar brasileiro autorizou execuções”. *El País Brasil*, 10 mai. 2018. https://brasil.elpais.com/brasil/2018/05/10/politica/1525976675_975787.html.

Brasil Paralelo. 2018. “EP 1 - O Teatro das Tesouras | 1989”. YouTube, 24:19. <https://youtu.be/Ue77esm5Kqs>.

Brasil Paralelo. 2019. “1964 - O Brasil entre armas e livros”. YouTube, 2:07:19. <https://youtu.be/yTenWQHRPIg>.

Brasil Paralelo. 2020. “Comunismo, fascismo e liberalismo: adversários ou irmãos”. YouTube, 8:57. <https://youtu.be/IECP2VuGlj4>.

Carvalho, Luiz Maklouf. “As armas e os varões”. *piauí*, abril de 2009, edição 31. <https://piaui.folha.uol.com.br/materia/as-armas-e-os-varoes/>.

Carvalho, Olavo. “Promessa cumprida”. *Sapientiam autem non vincit malitia*, 28 de maio de 2012. <https://olavodecarvalho.org/promessa-cumprida/>.

Cesarino, Letícia. *O mundo do avesso: verdade e política na era digital*. São Paulo: Ubu Editora, 2022.

“Cinemark diz ter errado ao exibir filme pró-ditadura”. *O Globo*, 1 de abril de 2019a. <https://oglobo.globo.com/cultura/filmes/cinemark-diz-ter-errado-ao-exibir-filme-pro-ditadura-23566389>.

Cleto, Murilo Prado. “As novas direitas brasileiras e o revisionismo da escravidão negra em Brasil: a Última Cruzada”. *Lusotopie*, 21, n. 2 (2022): 1-16. <https://journals.openedition.org/lusotopie/6105>.

“Clubes militares listam os mortos pela esquerda”. *Folha de S. Paulo*, 11 de dezembro de 2014. <http://folha.com/no1561302>.

Costa, Flávio, e Guilherme Azevedo. “Atentado a bomba matou 2 pessoas durante campanha presidencial na ditadura”. *UOL*, 6 de setembro de 2018. <https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/2018/09/06/atentado-a-bomba-matou-2-pessoas-no-aeroporto-do-recife-em-1966.htm>.

Couto, Marlen. “Após eleições, canais bolsonaristas retiram do ar mais de 4 mil vídeos do YouTube”. *O Globo*, 3 de novembro de 2022. <https://oglobo.globo.com/blogs/sonar-a-escuta-das-redes/post/2022/11/apos-eleicoes-canais-bolsonaristas-retiram-do-ar-mais-de-4-mil-videos-no-youtube.ghtml>.

“Direito de Resposta Brasil Paralelo”. *O Globo*, 25 de junho de 2019b. <https://oglobo.globo.com/politica/direito-de-resposta-brasil-paralelo-23761972>.

Ferraz, Lucas. *Injustiçados: execuções de militantes nos tribunais revolucionários durante a ditadura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

Figueiredo, Lucas. *Lugar nenhum: militares e civis na ocultação dos documentos da ditadura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

Gabeira, Fernando. *O que é isso, companheiro?* São Paulo: Companhia de Bolso, 2009.

Gaspari, Elio. *A ditadura escancarada*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

“General Mourão admite que, na hipótese de anarquia, pode haver ‘autogolpe’ do presidente com apoio das Forças Armadas”. *G1*, 8 de setembro de 2018. <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/noticia/2018/09/08/general-mourao-admite-que-na-hipotese-de-anarquia-pode-haver-autogolpe-do-presidente-com-apoio-das-forcas-armadas.ghtml>.

Gorender, Jacob. *Combate nas trevas — A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada*. São Paulo: Ática, 1987.

Gruner, Clóvis. “Quadros da barbárie, quadros de memória: a experiência autoritária no Brasil, Argentina e Uruguai em quadros”. Em *Artes & Violências*, orgs. Rosane Kaminski, Vinícius Honesko e Luiz Carlos Sereza. 225-246. São Paulo: Intermeios, 2020.

Jansen, Roberta. “Human Rights Watch: ditadura no Brasil torturou 20 mil pessoas; 434 foram mortas ou desapareceram”. *O Estado de S. Paulo*, 27 de março de 2019. <https://www.estadao.com.br/politica/human-rights-watch-ditadura-no-brasil-torturou-20-mil-pessoas-434-foram-mortas-ou-desapareceram/>.

Loyola, Leandro. “Uma breve história de Dilma Rousseff, da luta armada ao Palácio do Planalto”. *Época*, 25 de outubro de 2014. <https://epoca.globo.com/tempo/eleicoes/noticia/2014/10/uma-breve-historia-de-dilma-rousseff-da-luta-armada-ao-palacio-do-planalto.html>.

Lucchesi, Anita, e Bruno Leal Pastor Carvalho. “História Digital: reflexões, experiências e perspectivas”. Em *História Pública no Brasil: sentidos e itinerários*, org. Ana Maria Mauad, Juniele Rabêlo de Almeida e Ricardo Santhiago. 149-163. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

Magalhães, Luiz Antonio. “Folha publicou ficha falsa de Dilma”. *Observatório da Imprensa*, 25 de abril de 2009. <https://www.observatoriodaimprensa.com.br/imprensa-em-questao/folha-publicou-ficha-falsa-de-dilma/>.

“Mentir sob tortura não é fácil”, reage ministra. *Folha de S. Paulo*, 8 de maio de 2008. <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0805200823.htm>.

Monteleone, Joana. Sobre as fontes de Hugo Studart em “Borboletas e Lobisomens”. *Opera Mundi*, 21 de julho de 2018. <https://operamundi.uol.com.br/politica-e-economia/53867/sobre-as-fontes-de-hugo-studart-em-borboletas-e-lobisomens>.

Moraes, Everton Oliveira de, e Murilo Prado Cleto. “A última cruzada: tempo e historicidade na série da produtora Brasil Paralelo”. *Tempo e Argumento*, 15, n. 38 (2023): e0108. <https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180315382023e0108>.

Motta, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. Rio de Janeiro: Eduff, 2020.

Motta, Rodrigo Patto Sá. *Passados presentes: o golpe de 1964 e a ditadura militar*. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

Napolitano, Marcos. “A imprensa e a construção da memória do regime militar brasileiro (1965-1985)”. *Estudos Ibero-Americanos*, 43, n. 2 (2017): 346-366. <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/24766>.

Napolitano, Marcos. “Negacionismo e revisionismo histórico no século XXI”. Em *Novos combates pela História*, org. Jaime Pinsky e Carla Bassanezi Pinsky. 85-111. São Paulo: Contexto, 2021.

Napolitano, Marcos. “Recordar é vencer: as dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro”. *Antíteses*, 8, n. 15esp. (2015): 09-44. <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/antiteses/article/view/23617>.

Oliveira, David Barbosa, e Reis, Ulisses Levy Silvério dos. “A teoria dos dois demônios: resistências ao processo brasileiro de justiça de transição”. *Revista Direito e Práxis*, 12, n. 1 (2021): 48-76. <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaceaju/article/view/45326>.

Ortellado, Pablo. “Precisamos escutar”. *O Globo*, 11 de novembro de 2021. <https://blogs.oglobo.globo.com/opiniaio/post/precisamos-escutar.html>.

Paulo, Diego Martins Dória. “Brasil Paralelo tenta censurar debate”. *Le Monde Diplomatique Brasil*, 21 de julho de 2020. <https://diplomatique.org.br/brasil-paralelo-tenta-censurar-debate/>.

Pereira, Mateus. “Nova direita? Guerras de memória em tempos de Comissão da Verdade (2012-2014)”. *Varia História*, 31, n. 57 (2015): 863-902. <https://www.scielo.br/j/vh/a/NcJrcx93VSTVnnQnHVGXLYf/abstract/?lang=pt>.

Pereira, Mateus, e Valdeci Araujo. *Atualismo 1.0: como a ideia de atualização mudou o século XXI*. Vitória: Editora Milfontes; Mariana: Editora da SBTHH, 2019.

Quadros, Vasconcelo. “Militares teriam levado presos políticos para matar no Araguaia”. *Agência Pública*, 14 de julho de 2021. <https://apublica.org/2021/07/militares-teriam-levado-presos-politicos-para-matar-no-araguaia/>.

Reis Filho, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990.

Roberto Monte. 2013. “Retratção política em Toritama PE - A volta dos restos mortais de José Manoel da Silva”. YouTube, 20:53. https://youtu.be/1gKIK_bj1bg.

Rocha, João Cezar de Castro Rocha. *Guerra cultural e retórica do ódio: crônicas de um Brasil pós-político*. Goiânia: Caminhos, 2021.

Rossi, Marina. “A regra de sangue da Operação Condor, a aliança mortífera das ditaduras do Cone Sul”. *El País Brasil*, 30 de março de 2019. https://brasil.elpais.com/brasil/2019/03/29/politica/1553895462_193096.html.

Santhiago, Ricardo. “Duas palavras, muitos significados: alguns comentários sobre a história pública no Brasil”. Em *História Pública no Brasil: sentidos e itinerários*, org. Ana Maria Mauad, Juniele Rabêlo de Almeida e Ricardo Santhiago. 23-35. São Paulo: Letra e Voz, 2016.

Santos, Mayara Aparecida Machado Balestro dos. “Agenda conservadora, ultraliberalismo e ‘guerra cultural’: ‘Brasil Paralelo’ e a hegemonia das direitas no Brasil contemporâneo (2016-2020)”. Dissertação de Mestrado, Marechal Cândido Rondon, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, 2021.

Serapião, Fabio, César Feitosa, e Julia Chaib. “Minuta do golpe foi discutida na Defesa sob Bolsonaro e teve momento de tensão”. *Folha de S. Paulo*, 15 de março de 2024. <https://folha.com/90h214wz>.

The Noite com Danilo Gentili. 2019. “Entrevista com os produtores de ‘1964: o Brasil entre armas e livros’”. YouTube, 21:31. <https://youtu.be/-cbyRjnzExk>.

Traverso, Enzo. *O passado, modos de usar: história, memória e política*. Edições Unipop: Lisboa, 2012.

Ustra, Carlos Alberto Brillhante. “Apresentação”. Em *Orvil: tentativas de tomada do poder*, orgs. Lício Maciel e José Conegundes Nascimento. 23-26. São Paulo: Schoba, 2012.

“Vera Sílvia Magalhães - A História de uma Guerrilheira”. *Câmara dos Deputados*, 15 de janeiro de 2004. <https://www.camara.leg.br/tv/212737-vera-silvia-magalhaes-a-historia-de-uma-guerrilheira/>.

Villa, Marco Antonio. “Ditadura à brasileira”. *Folha de S. Paulo*, 5 de março de 2009.
<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz0503200908.htm>.

Recebido: 19 de março de 2024

Aprovado: 10 de maio de 2024